

# Questão Urbana, formação política e direitos sociais: a experiência do Serviço Social na extensão universitária

**Beatriz Pastorello<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo visa apresentar a experiência do projeto de extensão “Formação Política e Direitos Sociais”, que é executado através de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) e o Núcleo de Estudos em Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). No texto também abordaremos a importância da transformação de moradores de espaços populares em agentes sociais em cenários de segregação espacial.

Palavras-chave: violência, favela, serviço social e formação política

**Abstract:** This article aims to present the experience of the extension project "Political Training and Social Rights", which is implemented through a partnership between the Center of Studies and Research on Slums and Popular Spaces (NEPFE) and the Center of Studies on Urban and Housing Projects (NEPHU). In the text we will also discuss the importance of the transformation of residents of popular spaces into social agents in spatial segregation scenarios.

Keywords: violence, slum, social service, political training

## **Introdução**

A experiência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Favelas e Espaços Populares, no período entre 2017 e 2018, trouxe a tona o tema do direito à cidade e o debate sobre a questão urbana que está intimamente atrelado a ausência de direitos sociais e a violência urbana que é produzida pelo Estado. Este que deveria garantir tais direitos, nega as condições básicas de sobrevivência para segmentos importantes da classe trabalhadora e as empurra para morar em favelas e em

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares. Bolsista do projeto de extensão intitulado “Formação Política e Direitos Sociais”.

espaços populares; espaços que fazem parte da cidade mas que são “desumanizados” e negligenciados pelo poder público.

Ora, se o Estado cria a atmosfera propícia para o surgimento destes espaços, como poderia negligenciá-los e criminalizá-los? Como a cidade pode ser dividida em dois campos antagônicos, e como a violência urbana pode ser um processo natural quando se enxerga a cidade como um locus do setor imobiliário?

É importante destacar que a questão da terra ia além de compreensões geográficas e arquitetônicas. Existem populações diversas que fazem da terra não apenas sua morada, mas sua fonte de renda e sua identidade cultural, étnica e social. É possível perceber a relação estreita dos moradores com o território, onde muitos moradores das favelas as quais o projeto atende, construíram suas casas com suas próprias mãos.

Nesta oportunidade foi possível conhecer a trajetória de luta das comunidades de Niterói e do Rio de Janeiro, sobretudo, quanto às comunidades niteroienses de Jurujuba, Castro Alves, Morro da Chácara e do Arroz e Mama África, que resistem às investidas de remoção forçada, desapropriação e violação de direitos. Neste sentido, compreende-se que o fortalecimento da luta popular, e a organização política pode ser uma ferramenta importante para garantia dos direitos frente ao poder público.

A partir do acompanhamento das distintas leituras e das experiências vivenciadas através do fórum de luta por moradia, compreendemos que não existe favela, existem favelas, e cada espaço há uma singularidade e uma dinâmica específica, e cada dinâmica demanda uma atuação diferente por parte do Serviço Social.

O trabalho do Serviço Social no projeto que é desenvolvido em parceria com o NEPFE e o NEPHU, intitulado “Formação Política e Direitos Sociais”, está centrado no mapeamento da realidade social; na articulação institucional com fins de garantir acesso a direitos sociais e principalmente o trabalho de formação política através da realização de oficinas temáticas e cursos. Outro importante trabalho realizado pelo

Serviço Social será o mapeamento das instituições e organizações públicas e não governamentais para possíveis encaminhamentos, a partir das demandas identificadas.

A importância da formação política dos moradores de espaços populares é forjar dirigentes e militantes que se proponham a transformar o espaço das cidades e garantir o direito à terra, seja através da luta organizada em movimentos sociais, como é o caso do MTST, ou através da luta organizada de comunidades de acordo com suas particularidades. É importante lembrar a todo instante que o domínio do espaço geográfico também garante o controle do capital sobre as relações sociais e colabora com a luta de classes presente em nossa sociedade.

*"Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz como são violentas as margens que o reprimem". (Bertolt Brecht)*

## **2. A cidade atendendo à interesses privados**

Para entender um pouco a configuração das cidades, no período atual, faz-se necessário voltarmos um pouco em algumas décadas atrás. Se, por um lado, no período da ditadura civil-militar de 1964, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”, um boom exponencial que se deu através do fortalecimento da industrialização e do grande incentivo à exportação de produtos nacionais; por outro lado foi um momento decisivo na organização de movimentos sociais nas lutas por moradia, saúde, e saneamento, uma vez que estes direitos básicos foram negados às camadas mais baixas da sociedade.

Foi neste momento em que as cidades começaram a ser verticalizadas, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e o processo de exclusão territorial solidificou-se. Às famílias de menor renda, restou morar nas áreas mais distantes e em conjuntos habitacionais, o que também causou a perda da relação com o solo que se ocupa. O processo de urbanização brasileiro removeu forçadamente os pobres para as periferias como solução prática para contribuir com o “embelezamento” das cidades - atitude higienista que concedia uma série de privilégios para as elites: favoreceu a consolidação do mercado imobiliário capitalista e eliminava epidemias indesejadas, por exemplo. O fenômeno da violência urbana é

tido como uma epidemia, sob uma ótica elitista. Mas é um fenômeno fruto desse modelo de urbanização proposto pela ditadura.

Vivemos hoje nas cidades “um expoente de privilégios e desigualdades” (ROLNIK, 2002), onde elites governam para si mesmas e fazem da cidade seu lobby político e o valor de uso das cidades não mais o determinante real na utilização do seu espaço. A cidade agora, para as elites, possui um valor de troca, onde o espaço geográfico é direcionado para o setor imobiliário, para planejadores urbanos e promotores culturais. Como esquecer do triste episódio em que 500 famílias foram despejadas de suas casas em razão das Olimpíadas no Rio de Janeiro, e realocadas para locais mais distantes, sem a indenização suficiente para garantir o direito à moradia em outro lugar, uma vez que o preço do metro quadrado no Rio de Janeiro cresce desenfreadamente?

Como Maricato (2015) pontua, pobreza e imobilidade urbana - bem como a falta de acesso ao mercado de trabalho formal, falta de acesso à cultura, à educação pública de qualidade, negação do direito à moradia e mais uma série de descasos do Estado - também é receita para a violência. Destaca-se o caso dos incêndios criminosos nas favelas de São Paulo: mais de 1,2 mil incêndios foram registrados, sendo que metade deles ocorreu entre 2008 e 2012. Não foi preciso ser um grande especialista para ser capaz de enxergar uma relação próxima entre o boom imobiliário registrado em algumas regiões da maior cidade do País e o crescente número de incêndios.

Por sua vez, a presença do poder público nestes espaços foi notada de forma militarizada, através de uma política de segurança pública patrimonialista. A polícia legitima a premissa de que a cidade que constitucionalmente seria de todos, se torna uma cidade de poucos. Têm-se que o urbano é a “simultaneidade, a reunião, uma forma social que se afirma” (ARAÚJO *apud* LEFEBVRE), mas se isto é verdade, por que não conseguimos garantir a coesão social? Muito fala-se em exclusão, mas proletariado e burguesia estão inseridos dentro da sociedade, numa lógica capitalista, com funções bem demarcadas. Se existe Leblon, é porque existe Maré.

Se existem as elites, é porque existem indivíduos vendendo sua força de trabalho, permitindo a ascensão destas elites.

É possível enxergar duas faces da violência: do lado do Estado, notamos políticas de segurança pública patrimonialistas, a arquitetura hostil das cidades e a truculência da polícia militar como ferramenta para repreender movimentos sociais e ocupações de terra - e como reflexo, do lado das populações em situação de subalternidade, a taxa de criminalidade acentuou-se ao longo dos anos. Isto não significa que estas pessoas, de maneira geral, teriam uma tendência a se tornarem criminosos. Este determinismo não consegue explicar o fenômeno social como um todo. De acordo com Felix (1996, p.61), a falta de progresso pessoal de maneira isolada não estimula o crime, mas somada à fatores atenuantes exteriores ao indivíduo, como a segregação sócio-espacial, temos a receita propícia para a violência.

## **2.1 Políticas de remoção e a produção de violência urbana**

Na segunda metade da década de 60, a prática das remoções forçadas se torna uma solução para o “problema-favela”, o que também garantia uma série de interesses privados: a remoção significava a liberação de terrenos para uso do mercado imobiliário e a reconfiguração urbana a fim de assegurar os interesses financeiros do Estado. “(...) exigia-se (...) em nome dos ‘interesses de utilidade pública’, a ‘integração’ das populações faveladas, ou seja. sua remoção.” (VALLADARES, 1978:32)

A prática das remoções também muito agradava a classe média e as elites num contexto moral, como foi observado por Valladares (1978:33), em trechos de jornais que “ilustram a postura da classe média e da imprensa do Rio de Janeiro diante da questão favela: parte-se de uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis”. Esta justificativa das elites colabora não só com seus interesses econômicos privados

para as cidades, mas com a perpetuação do arquétipo de uma *identidade criminosa*, baseado em concepções racistas.

Como pontua Malaguti (2011):

“Para conter as massas empobrecidas, sem trabalho e jogadas à própria sorte, o neoliberalismo precisa de estratégias globais de criminalização e de políticas cada vez mais duras de controle social: mais tortura, menos garantias, penas mais longas, emparedamento em vida... A mídia, no seu processo de inculcação e utilização do medo, produz cada vez mais subjetividades punitivas. (...) O capital precisa cada vez mais da prisão (...) e mais a transformação das favelas e periferias do mundo em ‘campos de concentração’.” (MALAGUTI, 2011)

O capitalismo, além de não atender interesses públicos e não garantir políticas que atuem no acesso de populações de favelas e espaços populares aos direitos básicos - saúde, educação, moradia, por exemplo - também colabora no processo de criminalização da pobreza e perpetuação de práticas punitivas que não resolvem sequer o problema de segurança pública, quanto mais o problema da questão urbana. A concentração e a polarização da riqueza, o processo de acumulação capitalista e uma sociedade que estimula a competição e valoriza o consumo ajudam a produzir cenários onde a violência coletiva e as crises sociais eclodem (ZAFFARONI, 2012).

É preciso analisarmos como ocorrem estas remoções: a presença do Estado é de forma militarizada, autoritária e com uma polícia despreparada e violenta. Muitas vezes estas remoções vêm na forma de extermínio e genocídio da população destes locais, o que, para o Estado, resolveria o problema da realocação e garantia de direitos destas pessoas. A seletividade estrutural do poder punitivo criminaliza poucas pessoas - um grupo social bem demarcado - e as usa como *bode expiatório*, através da política da vingança e do massacre, o que, para Zaffaroni (2012), tem uma enorme eficácia política, porque ultrapassa conjunturas e se mantém intacta ao longo da história do poder punitivo.

“O inimigo - que, em certas ocasiões, torna-se bode expiatório, é construído por uma agência executiva moral que hegemoniza o discurso punitivo e o poder massacrador, até que outra agência a enfrenta, começando por negar o risco e a periculosidade do inimigo construído anteriormente, mas para construir outro, como o verdadeiro ou novo perigo gerador de outra emergência e de possível outro bode expiatório” (ZAFFARONI, 2012)

Assim, esta seria a fórmula perfeita para a reformulação das cidades, sob o ponto de vista do poder público: a cidade é como um jardim, e é preciso remover as ervas daninhas. Incêndios em favelas, remoções forçadas, políticas de criminalização da pobreza, discursos midiáticos que corroboram para legitimar uma identidade criminosa, a promoção de guerras em favelas e espaços populares, políticas de segurança pública militarizadas: todos estes elementos trabalham em conjunto para resolver a questão da favela como um problema moral, político e geográfico. É isso que vimos presenciando nas visitas realizadas através do projeto de extensão: uma coleção de violações de direitos.

### **A importância da educação popular e da formação política: forjando novas lideranças nas comunidades**

Se compreendermos a educação popular como “uma gama ampla de atividades cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social” (SILVA, 2000: 24), o que têm sido feito, no contexto do projeto de extensão, é instrumentalizar indivíduos para que não apenas reflitam sobre as injustiças de uma sociedade capitalista, mas que também saibam armar-se contra elas, desde a retomada dos estudos de nível médio e ingresso no nível superior, a cursos populares interdisciplinares que tratem da questão da moradia através de contribuições das áreas da Arquitetura, Direito, Comunicação Social e Serviço Social.

A educação tornou-se instrumento da sociedade capitalista e agora legitima os valores e ideologias das classes dominantes. Apostar na educação popular é compreender o caráter libertário que ela pode ter, e como esta educação é fundamental no processo de transformar o trabalhador em agente político que pensa, age, e usa a palavra como arma para transformar a realidade (MÉZÁROS, 2005).

Um exemplo das ações do Serviço Social, trazendo para a perspectiva do projeto, é a de formar lideranças através de oficinas de formação política. Neste sentido, torna-se relevante apontar uma perspectiva de formação que não seja focal

ou imediatamente interessada para suprir necessidades pontuais sobre determinado conhecimento, mas uma proposta que considere o ir-e-vir, os recuos e avanços, que é o processo de formação da consciência. Também acompanhamos audiências públicas e conselhos populares sobre a questão da moradia, onde notamos um forte e crescente engajamento por parte dos moradores de favelas e espaços populares, e realizamos quinzenalmente o Fórum de Luta pela Moradia, que reúne técnicos e moradores de comunidades para tratar das pautas urgentes sobre a questão da terra em Niterói e no Rio de Janeiro.

O Estado, por muitas vezes, limita a livre expressão das populações de favelas e espaços populares e criminaliza movimentos sociais que lutaram e lutam pelo acesso aos direitos básicos. Durante o período da ditadura militar, movimentos que pleitearam o direito à moradia, como tantos outros movimentos de esquerda, foram cruelmente silenciados e perseguidos. Somente na retomada da democracia que estes debates e movimentos foram capazes de respirar novamente e organizarem-se, entendendo a dimensão da auto-organização, da educação popular, da formação política e a importância da democratização do debate sobre direito à cidade, uma vez que, ressignificando a passagem de Lefebvre já citada anteriormente, o urbano é a simultaneidade, a reunião, e não se pode estar em reunião quando o Estado gera violência, consequência da negação de políticas públicas de qualidade à população.

### **Resultado com discussão**

No Prefácio à Crítica da Economia Política, Marx (1869) afirma que não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. Partindo dessa premissa, podemos dizer que a vida material condiciona todos os outros aspectos da vida geral dos indivíduos, em especial sua consciência, em forma de ideologia. Na lógica do capital, a consciência dos indivíduos é disputada o tempo todo, a fim de garantir que esta máquina perversa continue funcionando, e o papel da formação política é armar criticamente estes indivíduos para que eles possam não somente refletir sobre os efeitos da

perversidade capitalista, mas também bolar estratégias de luta e organização popular para enfrentar estes efeitos.

Intercalando o debate sobre direito à cidade e violência urbana, uma infinidade teórica e a vivência no Estado brasileiro explicitam a violência que é produzida a partir de uma série de fatores, mas que incluem a segregação espacial como um destes. Maricato (2015) aponta que “nunca é demais para lembrar que pobreza e imobilidade é receita para a violência”. Aqui, cabe fazer muitas críticas ao modelo militarizado de segurança pública, não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas no Brasil como um todo, e como as bases racistas e elitistas que sustentam nossa sociedade ditam nossas relações sociais e econômicas.

Trazendo para a experiência da extensão, até a conclusão deste artigo, as experiências na formação política dos indivíduos das comunidades com as quais trabalhamos têm sido enriquecedoras. O curso de extensão sobre direito à cidade que o projeto se propõe a oferecer têm gerado frutos, apesar de ainda estar no começo. Os participantes do Fórum de Luta por Moradia que estão participando das experiências têm enxergado, através destes espaços, uma possibilidade de, através do conhecimento técnico e teórico, avançar nas distintas lutas que ainda são necessárias para a garantia do direito à cidade. O que nos revela que a formação da consciência, é lenta, gradual e precisa ser contínua. Mas que a universidade deve e pode contribuir neste processo.

### **Considerações Finais**

O projeto de extensão tem sido uma ferramenta importante para compreender a relevância da formação política na transformação da realidade material. A luta pela moradia é uma luta urgente, afinal, é a negação de um dos bens fundamentais para a vida humana. Acompanhar de perto a luta de lideranças em fóruns, conselhos e audiências públicas, e colaborar para o fortalecimento de novas lideranças, nos mostra que é mais que necessário o nosso engajamento na questão urbana, no direito à cidade, e na compreensão das consequências da negação deste direito.

Por fim, com este artigo, e com a experiência do projeto - que está longe de ser finalizada -, espera-se que o debate sobre segregação espacial; sobre a violência gerada pelo Estado nas favelas e sobre a importância da formação política junto aos moradores e lideranças comunitárias seja mais difundida nas ações extensionistas. Afinal, uma universidade comprometida com a sociedade, é uma universidade que está para além dos muros, e que está junto com a classe trabalhadora.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Joaquim A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74258/77901>> Acessado em: 10/09/2018

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

FELIX, S. A. A “geografia do crime” urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP.1996. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.1996.

HELFREICH, Francine; OLIVEIRA, Bruno José da Cruz. Serviço Social: Questão Urbana e Direito à Cidade: Contribuição do Serviço Social in BELLO, Enzo; KELLER, Rene José. Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

MARICATO, Ermínia. Para Entender a Crise Urbana. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MÉZÁROS. Istevan. A educação para além do capital. São Paulo. Boitempo. 2005.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano 23, n. 72.

SILVA, Tomás Tadeu. In: Teoria Cultural e Educação. Um Vocabulário Crítico. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

VALLADARES, Lícia. Passa-se uma casa: análise dos programas de remoção das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A Palavra dos Mortos: Conferência de Criminologia Cautelar. Editora Saraiva, 2012.